



“Mais tranquilidade na política econômica”

Economia já superou sua fase mais difícil

A economia brasileira atravessou em 1981 uma das fases mais difíceis de sua história recente e ainda não saiu do túnel. O excesso de casuísmo denunciado pelos empresários é apenas o reflexo do estreito grau de liberdade de que o governo dispõe para manobrar a política econômica no curto prazo. Com a maturação de grandes projetos, que a partir de agora começam a produzir receitas e a exigir volume menor de investimentos, a situação vai-se invertendo e ampliam-se as margens de manobra do governo.

A partir dessa análise, o presidente do Banco do Estado de São Paulo, Eduardo Pereira de Carvalho, prevê: a sociedade brasileira sofrerá ainda por dois ou três anos os trancos das medidas de curto prazo até que os problemas conjunturais sejam superados. Para este ano ele estima que a inflação ficará entre 90% a 95%, quase nos mesmos níveis atingidos em 81 (95,2%). A economia já revela sinais evidentes de recuperação e poderá crescer em 82,3% a 4% (numa estimativa pessimista) ou 4% a 5%, “se tudo der certo”.

O déficit comercial e o perfil da dívida externa são, segundo o presidente do Banespa, os principais pontos de estrangulamento que começam a ser superados. “É claro que o comportamento das exportações este ano não está bom e constitui motivo de preocupação. Mas o pequeno superávit comercial obtido nos cinco primeiros meses do ano inverteu a situação observada em 81 e melhorou muito a credibilidade do País no Exterior”, observa Carvalho.

Ainda com relação à balança comercial, ele acrescenta que na medida em que a exportação retornar ao ritmo médio dos últimos 12 anos a situação geral da economia melhorará muito de agora até 1984. A maturação dos grandes projetos contribuirá para essa retomada das exportações.

O perfil da dívida, agravado no período 74/76 em consequência da tomada de empréstimos de prazos mais curtos, provocou uma elevação de seu serviço a partir de 79. Em 80 as amortizações somaram US\$ 8 bilhões, atingiram US\$ 7,7 bilhões em 81 e 82, mas, no próximo ano, deverão recuar para cerca de US\$ 6,4 bilhões.

REDUZIR OS JUROS

O presidente do Banespa considera necessária a adoção de outro mecanismo para estimular a tomada de empréstimos externos porque a limitação quantitativa dos empréstimos internos, medida adotada nos últimos dois anos, “esgotou seu potencial ao incidir atualmente apenas sobre 20% dos empréstimos bancários e eleva os juros nas faixas livres de mercado a níveis insustentáveis”. Mesmo reconhecendo que

não dispõe de uma fórmula capaz de conciliar a necessidade de tomada de empréstimos internos com a redução das taxas internas, o presidente do Banespa julga indispensável que se estude algumas sugestões apresentadas até agora, como a vinculação de recursos internos e externos proposta pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A simples extinção dos limites de crédito, segundo Carvalho, não seria suficiente para reduzir os níveis dos juros. Poderia inclusive haver uma elevação das taxas na medida em que os bancos tentariam captar mais, aumentando os juros pagos, para poder emprestar mais. Mas a simples limitação, como está sendo praticada, faz com que os bancos melhorem seus lucros gratuitamente e não pelo aumento da eficiência e da redução de custos, como deveria ser.

“A saúde dos bancos — adverte o presidente do Banespa — está fundamentada na saúde de seus clientes.” Contudo, os recentes pedidos de concordata de grandes empresas — Avisco, Atma e Securit — devem ser vistos como fatos isolados e não como sintoma de deterioração da saúde dos clientes de bancos. No Banespa, segundo seu presidente, o que se tem observado desde o ano passado é uma redução do nível de inadimplência.

NOVOS CAMINHOS

“O processo de abertura política facilitará a situação em geral na medida em que enseja um debate mais profundo dos problemas atuais e dos caminhos que a sociedade pretende seguir.” Nesse processo de abertura, que necessariamente implicará numa desconcentração das decisões econômicas e também na redução progressiva dos subsídios e maior liberdade de preços, a sociedade terá de decidir, por meio de seus mecanismos de representação, quanto pretende pagar e que benefícios quer receber.

Segundo o presidente do Banespa, a sociedade reclama frequentemente das pressões exercidas pelo governo, no “open market” por exemplo, mas não quer renunciar aos Cr\$ 700 bilhões de subsídios que este ano serão destinados à agricultura e à exportação. Por enquanto, a carga tributária é insuficiente para cobrir os custos dos benefícios que a sociedade exige. (J.A.R.)